

A RELAÇÃO ENTRE LINGUA(GEM) E PODER

Jean Ricardo Weber de Moraes

RESUMO

A sociedade ouvinte (utilizar a contextualização do termo) exige um determinado padrão de conhecimento da língua portuguesa, que por vezes a comunidade surda (contextualizar comunidade surda) é desprovida, considerando que é a segunda língua destes. Frente a este cenário, podemos observar que aqueles que não dominam o português são impossibilitados de receber conhecimento acerca das notícias atuais e consequentemente da sociedade no seu entorno.

O presente trabalho visa analisar o papel da linguagem na sociedade enquanto meio de dominação e poder. São abordados aspectos históricos e contemporâneos, onde se percebe a língua como a grande arma para dominar e até excluir ou inferiorizar aqueles que, de uma forma ou outra, não têm um conhecimento lingüístico que seja considerado suficiente, dentro dos padrões que a sociedade exige e espera, para se comunicar e se fazer entender em diversos contextos e situações.

PALAVRAS-CHAVE: ensino, linguagem, contexto

INTRODUÇÃO

A linguagem sempre fora utilizada com o intuito de se obter poder e se dominar, contudo, atualmente seu uso ocorre de modo consciente, mas não de modo crítico.

Apesar de muito usada no decorrer da história com este fim, nunca a linguagem foi encarada com tanto afínco como meio de exercício de poder e dominação como hoje. Desde sempre ela teve este uso. A diferença é que com o passar dos anos este passou a ser um uso consciente. O texto que se segue apresenta alguns fatores e situações buscando um melhor entendimento sobre a qualidade do ensino de línguas (materna e estrangeira) e se as escolas realmente têm preparado pessoas capazes de fazer uso da linguagem de uma forma crítica e com consciência, ou da forma como o meio em que vivam espera e até exige que o façam.

O poder da linguagem em diferentes contextos

A língua no contexto brasileiro no período em que os portugueses chegaram nas terras que hoje denominamos como Brasil, a língua fora utilizada como um meio de dominação cultural e religiosa.

Se lançarmos um breve olhar sobre a história, especialmente a do Brasil, veremos que a língua sempre exerceu papéis muito além da simples e despretensiosa comunicação.

Na época do descobrimento, ela foi o mote principal para que os portugueses exercessem sua catequização e iniciassem a dominação cultural sobre os índios, como bem destaca Nunes (1996), quando afirma que:

Para instruir o índio, o missionário utiliza discursivamente os conhecimentos dele ... ele

interfere na memória discursiva daquele, provocando aproximações, reestruturações, apagamentos, identificações. À medida em que fala das crenças, das canções, dos mitos dos índios, ele marca os pontos de encontro que possibilitam as ligações discursivas por onde se instala o discurso europeu. (p. 24)

A língua, bem como o bom uso dela, com consciência crítica e objetivos bem definidos, foi fundamental para este processo de colonização e dominação.

Com o passar dos anos as colônias foram conquistando sua independência, outros países foram tomando destaque, ocorreram várias mudanças históricas, políticas e sociais, mas a língua continuou exercendo sua influência nestes diferentes campos. Neste trabalho um receberá atenção especial, que é a influência e o uso da língua na sociedade.

O primeiro contato entre indivíduo e língua se dá em casa, com a família. É deste ambiente que tiramos a base de nossa formação lingüística, que é tida por nós como correta até o momento em que vamos para a escola e nos deparamos com duas línguas diferentes: a de nossos colegas e a que nos é ensinada. E de repente descobrimos que a língua que falamos, aquela que aprendemos em casa, é errada. E isso é pregado pelos professores durante toda nossa vida escolar. Como entender que todas as pessoas que ouvimos falar ou que conhecemos falam errado e apenas o nosso professor fala certo?

O que é ensinado na escola é que há apenas uma forma considerada correta de língua, que é aquela abordada nas gramáticas e tida como língua padrão, desprezando-se, assim, o português falado pela grande maioria das pessoas, em seus diferentes contextos.

Sabe-se que cada indivíduo tem seu jeito próprio de falar, de acordo com o meio em que vive, ou seja, de acordo com o contexto social onde está inserido. No momento em que ele se depara com outra realidade, com outro contexto, é natural que sinta estranhamento perante àquela outra forma de falar, muitas vezes até agindo com desprezo. A questão é que tal estranhamento e desprezo não aconteceriam se houvesse, desde cedo, no início da alfabetização, uma

desmistificação de que de que há uma única maneira correta de falar. É fundamental que o indivíduo, ainda na infância, seja estimulado a respeitar todas as formas de linguagem oral e tenha bem claro que a língua varia de acordo com o contexto, a situação, não havendo, assim, uma forma que seja superior à outra. Sob este aspecto é imprescindível ter em mente a importância de saber se fazer entender nestas diferentes situações e contextos. E é neste ponto que se percebe a relação entre língua e poder, ou língua e dominação. O falante que é mais limitado no uso da língua dificilmente se sobressairá em um contexto diferente do seu, e será facilmente influenciável por aqueles que se comportam melhor lingüisticamente em diferentes contextos. Assim, junto com o ensino de gramática da língua padrão, deve ser incessantemente frisado que existem variedades lingüísticas, uma espécie de variação sobre o mesmo tema, e que o importante, na língua oral, é se fazer entender em diferentes contextos. Pode-se dizer que, neste ponto, gramática e lingüística podem ser ensinadas juntas.

Uma fonte importante de variedade lingüística, e que deve ser explorada, é a literatura. Ela permite um contato direto com as diferentes formas de linguagem e maneiras de se expressar. Tem-se, em um mesmo ambiente/contexto/situação, exemplos de linguagem formal e informal, padrão e não-padrão, auxiliando, assim, o falante a ter uma visão mais crítica a respeito do uso da língua e da própria sociedade em que vive, pois como bem ressalta Lajolo (1996),

O que vem ao caso é discutir as conseqüências de um movimento oposto à fragmentação da área, ou seja, o contemporâneo alargamento do campo dos estudos literários ... Este alargamento do campo, ao historicizar e contextualizar questões estéticas, permite refletir sobre o que se faz quando se ensina e se estuda literatura, tarefas cujo resultado pode constituir forma particular de entender melhor nosso aqui e agora, a sociedade em que vivemos, nossas linguagens, nossa língua e nossas praticas simbólicas (p. 108).

Outra forma interessante de exercitar a linguagem, e também a gramática, é a leitura e produção de diferentes tipos de textos, não se atendo apenas à obra literária, mas textos jornalísticos e técnicos, bem como a produção de cartas, textos argumentativos, informativos e atas,

por exemplo. Dominar diferentes tipos de linguagem também na forma escrita é essencial para uma formação lingüística que possibilite ao indivíduo uma melhor atuação na sociedade. Esta necessidade de uma versatilidade lingüística se dá, segundo Silva (1996), a partir do momento em que o ensino deixou de ser exclusividade da burguesia. Quando as classes menos favorecidas passaram a ter acesso à educação escolar, o "saber" e a escrita passaram "a ser um critério de seleção, classificação e identificação" (p. 152).

O que foi exposto até aqui é em relação à língua materna, mas pode perfeitamente ser aplicado ao ensino de língua estrangeira, já que com os avanços tecnológicos e científicos, e com o advento da globalização, o conhecimento de uma segunda língua no mesmo nível, ou ao menos próximo do domínio que se tem da língua materna (que, diga-se de passagem, deve ser considerável) tornou-se condição fundamental para que o indivíduo possa ter uma atuação destacada na sociedade em que vive. Também neste aspecto se percebe o caráter de dominação e poder que circunda a língua. No caso externo, uma determinada língua que se sobrepõe sobre as outras. No caso interno (sociedade brasileira, por exemplo) esta mesma língua servindo, junto com a língua materna, como critério de seleção, ou seja, os falantes que dominam, além da língua pátria, uma segunda língua, se sobrepõem aos outros.

RODAPÉ 2

A exigência da sociedade para que o indivíduo saiba uma segunda língua é tanta que se tornou necessidade, espécie de pré-requisito para que ele tenha condições de buscar um reconhecimento maior seu e de seu trabalho.

Dessa forma, o ensino de língua estrangeira, especialmente de língua inglesa, se tornou um lucrativo negócio e sinônimo de qualificação em uma sociedade cada vez mais carente de bons profissionais. E seu caráter se tornou tão comercial que já é possível direcionar o aprendizado de línguas para a área de atuação do aluno, ou seja, ele pode aprender apenas aquilo que lhe interessa e que ele possa usar diretamente na sua profissão. Isso reflete a urgência de qualificar o cidadão, mas por outro lado deixa a desejar no que se refere a uma formação de consciência crítica no uso da língua, já que ele saberá o necessário para se comunicar apenas em um contexto, que é o de sua profissão. Se por ventura tiver que atuar em outra área, de

2 - A sobreposição de saberes ocorre no meio surdo, pois aqueles que dominam o português consequentemente terão vantagens frente aos outros surdos, seja para entrevista de empregos ou na comunicação e adaptação na sociedade ouvinte.

nada adianta o que ele aprendeu, ou quase nada, pois este ensino de língua direcionado especificamente para um campo de atuação acaba, na verdade, limitando o conhecimento do aluno a respeito dessa língua.

Nas escolas acontece o mesmo: o aluno aprende apenas o básico para passar no vestibular. Não há o ensino de língua estrangeira, mas sim o ensino da gramática de uma segunda língua, o que é bem diferente. Ensinar gramática não é ensinar língua. Conhecer uma língua estrangeira se tornou uma habilidade profissional, como conhecimento de informática ou mecânica, por exemplo. As chamadas habilidades lingüísticas passam a ser direcionadas para este fim. É o que Fairclough (2001) chama de tecnologia discursiva, que, segundo ele, “estabelece(m) uma ligação íntima entre o conhecimento sobre linguagem e discurso e poder” (p. 265). Assim, ela é planejada para surtir certos efeitos sobre aquelas pessoas que não têm um “treinamento” específico voltado para as questões lingüísticas, e tal treinamento deveria ser dado, inicialmente, na escola.

Considerando este caráter de poder da língua em uma sociedade capitalista, estas pessoas seriam os clientes, fregueses e consumidores. Como mencionado anteriormente, eles podem mudar, ou analisando mais profundamente, são de diferentes contextos sociais. Em ambos os casos, entretanto, a capacidade de se comunicar bem em diferentes situações e com pessoas pertencentes a diferentes contextos é fundamental, e um ensino direcionado de língua, seja ela materna ou não, acaba comprometendo tal condição. Essa qualidade de comunicação é relacionada, hoje, à qualidade de serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, vimos que a relação de poder e dominação, nos dias de hoje, se dá muito mais pelo bom uso da língua que pela força, por exemplo. Saber se comunicar em diferentes contextos e situações, com diferentes pessoas, é fator crucial para a formação de um cidadão efetivo e atuante na sociedade. Outro fator importante é o conhecimento de uma língua estrangeira para que este cidadão possa ter maiores condições de destaque, especialmente no mercado de trabalho. Em ambos os casos a consciência crítica no uso da língua é de vital importância. Saber onde e como se comunicar.

Conhecer os diferentes tipos, as variações de linguagem e ter noção de como e onde usá-las. E essa conscientização deve começar desde cedo, na escola, pois é um processo longo e complicado, visto que a língua muda rápida e constantemente, sendo fundamental, assim, ter uma consciência crítica a seu respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Coord. de tradução, revisão técnica e prefácio: Izabel Magalhães. Brasília: Ed. da UNB, 2001.

LAJOLO, M. Oralidade, um passaporte para a cidadania literária brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). **Língua e cidadania: o Português falado no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996. p. 107-119.

NUNES, J. H. Constituição do cidadão brasileiro: discursividade da moral em relatos de viajantes e missionários. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). _____. p.19-30.

SILVA, M. V. da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). _____. p.151-161.

NOTA

© Monografia apresentada pelo aluno do sexto semestre do curso de Letras habilitação Português/Inglês Jean Moraes à disciplina Lingüística Aplicada ao Inglês, ministrada pela Prof. Dr. Tânia Regina Taschetto no I semestre/2005.